

MOVIMENTOS SOCIAIS, AÇÃO DIRETA, DIÁLOGO COM O ESTADO E COM A SOCIEDADE: um estudo de caso do movimento Tarifa Zero BH

Letícia Birchal Domingues leticiabdom@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Universidade Federal de Minas Gerais Brasil

André Henrique de Brito Veloso andrebveloso@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas - Universidade Federal de Minas Gerais Brasil



RESUMO

A crise econômica de 2008 iniciou um ciclo de manifestações pelo mundo, com elementos como a ocupação de espaços públicos, uso das redes virtuais de comunicação e recusa dos espaços institucionais tradicionais. Nesse ciclo se encaixam as manifestações de Junho de 2013 no Brasil, que possuíam uma forte pluralidade de bandeiras e ações, como a demanda pelo transporte público gratuito. Realizamos um estudo de caso do movimento Tarifa Zero (TZ), que surgiu durante junho de 2013, em Belo Horizonte, e tornou-se um movimento de grande relevância em defesa da gratuidade do transporte público e da mobilidade urbana como direito social. Ademais, suas características como horizontalidade, publicidade das reuniões, uso de espaços públicos, articulação pelas redes sociais, a bandeira de expansão de direitos e participação nas instâncias estatais, foram elementos típicos deste ciclo. O presente estudo de caso, portanto, volta-se para a análise das formas de agir do TZ. Para tanto, construímos um histórico das ações do movimento a partir da bibliografia existente e das convocações realizadas por meio de eventos em sua página de facebook, desde sua origem até novembro de 2016. Realizamos, também, análise de conteúdo qualitativo dos dados coletados por meio de grupo focal com 9 integrantes do movimento. A escolha metodológica objetivou relacionar os dados obtidos por meio da coleta documental das ações convocadas, as interpretações coletivas, bem como narrativas e avaliações emergidas dos debates do grupo focal. Como resultados, percebemos que as ações do TZ são baseadas em um alto nível de pragmatismo e de busca de conquistas imediatas, de forma que seus integrantes percebem como válidas táticas bastante distintas, desde a interposição de medidas judiciais até ocupação de prédios públicos, passando pelas instâncias de participação popular. Apesar das ações dependerem do interesse específico dos indivíduos em realizá-las, já que inexistem mecanismos que obriguem sua execução, verificamos um padrão de consecução conjunta de ações voltadas (i) para os espaços formais do Estado, (ii) para a mobilização nas ruas e (iii) para a comunicação com a sociedade. Focamos a análise nessa tríade e percebemos que pode ser característica do relativo sucesso de ações propostas pelo movimento, uma vez que este escolhe o uso de todas as instâncias possíveis, formais e informais, mas não de forma exclusiva, aproveitando das possibilidades de cada uma.



Paralelamente, a forte relevância da comunicação, baseada em um humor sarcástico, uso de memes e acurácia técnica do conteúdo relativo à mobilidade urbana, nas redes sociais e mídia formal, aumenta o alcance e dá transparência às ações. Por outro lado, encontramos limitações, como um grande dispêndio de energia no diálogo com o Estado, por vezes desproporcional aos resultados e uma dificuldade de mobilização da sociedade para ações diretas.

ABSTRACT

The 2008 world's economic crisis started a protest cycle around the globe, with elements such as occupation of public spaces, use of online communication and refusal of traditional institutional spaces. The Brazilian protests of June 2013 were part of this cycle and had a great plurality of demands and actions, one of which was the demand for a free public transport. This article is a case study about the "Free Fare" movement (in Portuguese: Tarifa Zero – TZ). It started during the June of 2013 protests, in Belo Horizonte, and became an important movement advocating for the gratuity of public transport and the urban mobility as a social right. Also, its characteristics such as horizontality, public reunions, use of public spaces, articulation through social networks, demands for expansion of rights and participation on the State's spheres were typical elements of this cycle. Therefore, the present case study aims to analyze TZ's actions. Then, we developed a history of the movement's action from the existing bibliography and its facebook page's events, since its origins until November 2016. We also did a qualitative content analysis of data from a focus group with 9 members of the movement. This methodological choice aimed to relate the documental data about the movement's calls for action, the collective interpretations and narratives and evaluations that emerged during the focus group. As results, we could notice that TZ's actions are based on a high level of pragmatism and immediate results, in a way that its members find valid different tactics, since the judicialization of demands until the occupation of public buildings, passing through public participation. Despite the need of individual's specific interests to ensure the actions, as there aren't mechanisms to oblige their execution, we could notice a path of joint actions aiming at (i) State's



Las encrucijadas abiertas de América Latina La sociología en tiempos de cambio

formal spaces, (ii) social mobilization, (iii) social communication. We focused our analysis on this triad and found that it can be a characteristic of the movement's relative success, because it chooses the use of all possible spaces, formal and informal, not in exclusive ways, but making the best of each. In parallel, the great relevance of communication, based on sarcastic humor, use of memes and technical accuracy of the content relative to urban mobility, in social networks and formal media, increases its reach and gives transparency to its actions. On the other hand, we found limitations, such as a great amount of energy being expended on the dialogue with the State, at times disproportional to its results, and a difficulty to mobilize society towards direct actions.

Palavras chave

Movimentos sociais urbanos; táticas ativistas; Tarifa Zero BH

Keywords

Urban social movements; activists tactics; Tarifa Zero BH



I. Introdução

Desde os movimentos alter-globais, na virada do século, pode-se afirmar que forma e conteúdo de contestação social convivem juntos, em sentido pré-figurativo (Ortellado, 2013), colocando a prática organizativa cotidiana como um elemento de experiência do mundo pelo qual se luta, com todas contradições que daí advém.

Pode-se situar a crise financeira de 2008 como marco temporal para um novo ciclo de confrontos globais que, no Brasil, teve como ápice as "Jornadas de Junho" de 2013. Nelas, processos de resistência contra o aumento nas tarifas de transporte público em Porto Alegre, Goiânia e São Paulo desencadearam uma onda de manifestações populares que, em seu auge, levaram mais de 3 milhões de pessoas às ruas em 150 cidades diferentes em um mesmo dia (Secco, 2013; Tavares, Roriz & Oliveira, 2016). Ao longo desse processo, houve a diversificação de pautas e reivindicações, para além do tema inicial do transporte público.

O movimento Tarifa Zero BH (TZ), aqui estudado, surgiu em Belo Horizonte nos desdobramentos dessas jornadas (Veloso, 2015, cap.3). Ele ganha corpo a partir do encontro de militantes e recém-chegados interessados em fazer avançar a pauta do transporte como direito social, representado pela gratuidade universal (tarifa zero) no momento de sua utilização. Nessa proposta, a sociedade seria financiadora, de maneira progressiva na renda, e gestora do serviço público.

A forma aberta de organização do movimento, bem como a diversidade de suas táticas configuram, por si, elementos relevantes que justificam seu estudo. Mas é o fato de ter surgido a partir do ápice de um processo massivo de manifestações e ter continuado de maneira diferenciada de seus predecessores (o Movimento Passe Livre¹, então atuante em diversas cidades), que faz do estudo do TZ potencialmente revelador de novas dinâmicas. O presente artigo busca, a partir do levantamento do histórico de atuações e de grupo focal realizado com alguns integrantes,

¹ Sobre o MPL, ver Vinicius, 2014



compreender a atuação do TZ entre 2013 e 2016, em um cenário nacional de retrocesso de pautas e movimentos progressistas.

Este texto é um diálogo entre as pesquisas de Domingues (2016) e Veloso (2015), a primeira iniciada como trabalho de conclusão de curso e encontra-se em andamento em seu mestrado em Ciência Política² e a segunda foi concluída como dissertação de mestrado em Geografia.

² Agradecimentos: CNPq (Protestos e engajamento político: discurso e identidade em manifestações contemporâneas), CAPES (Transformações do ativismo no Brasil: junho de 2013 em perspectiva comparada), FAPEMIG (Democracia, Participação e Tecnociência: Caminhos da cidadania contemporânea) e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG pelos apoios financeiros.



II. Marco teórico/marco conceitual

Este trabalho se insere nos estudos da ação coletiva contenciosa. Compreende-se que as mobilizações de junho de 2013 no Brasil abriram uma série de estudos a respeito de suas conformações políticas (Alonso & Mische, 2015; Bringel & Pleyers, 2015), suas relações com a democracia (Mendonça, 2016; Mendonça & Ercan, 2015), os significados das redes sociais (Silva, 2016), sua forma de organização (Nunes, 2014), suas relações com o direito à cidade (Maricato et al, 2013) e os sentidos da atuação do campo político autonomista (Ortellado, 2013). O estudo de caso a respeito do movimento TZ, então, busca compreender a atuação de um movimento que advém desse ciclo de confronto global.

Considera-se que os protestos de junho de 2013 foram parte de um ciclo de confronto político por terem ocorrido:

com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades (Tarrow, 2009, p.182).

Passado o auge do ciclo, tendo ocorrido processos como a polarização dos grupos e a repressão seletiva pelas autoridades (Tarrow, 2009, p.188-192), o TZ permanece como uma organização de movimento social (Della Porta & Diani, 2006).



III. Metodologia

Adota-se a metodologia de estudo de caso para a compreensão aprofundada, densa e holística (Gerring, 2007, p.49) da atuação do movimento Tarifa Zero BH entre 2013 e 2016. Justifica-se sua adoção por ser uma investigação empírica em profundidade, especialmente, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão evidentes (Yin, 2010, p.39). Como as formas de ação de um movimento social estão em foco, busca-se o aprofundamento em duas direções: (a) ações coletivas realizadas pelo movimento; (b) interpretações de seus integrantes sobre elas.

No que diz respeito às ações promovidas pelo TZ, foram atualizadas duas tabelas sistematizadas por Veloso (2015), nas quais estavam descritas as ações diretas e ações institucionais realizadas pelo movimento desde seu surgimento, em junho de 2013, até janeiro de 2015. Tal atualização iniciou-se com Domingues (2016) e foi continuada por Coelho (2017), chegando até março de 2017. Foi realizada, também, uma coleta documental de ações do movimento a partir de sua página de *facebook* (Tarifa Zero BH³). Ainda, apresentam-se as campanhas de comunicação realizadas nessa página, para compreender as formas de diálogo promovidas pelo movimento com a sociedade. Justifica-se o foco na página de *facebook* do TZ por ser o principal canal de comunicação do movimento com a sociedade, constantemente atualizada e com aproximadamente 22 mil curtidas em 2016. As ações do movimento serão apresentadas, então, com uma sistematização em linha do tempo.

Quanto às interpretações dos integrantes a respeito das ações promovidas pelo movimento, toma-se como base os diálogos de um grupo focal realizado com nove membros do TZ. O grupo focal foi parte da pesquisa de Domingues (2016) e teve como objetivo a captação de respostas coletivas "a partir das trocas realizadas no grupo, [de] conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações" (Gatti, 2012, p.09). Seguiram-se as instruções de Gatti (2012) para a condução do grupo focal, ocorrido em setembro de 2015, com a busca de heterogeneidade entre seus participantes, adotando-se os critérios de diferenças de: gênero, idade, formação

_

³ Disponível em: https://www.facebook.com/tarifazerobh/



escolar/profissional, tempo de participação no movimento, experiências em outras organizações políticas e raça/cor. Os nomes usados neste trabalho são pseudônimos, conforme a exigência ética de sigilo para a pesquisa.

A interpretação da transcrição do grupo focal foi feita por meio de análise de conteúdo qualitativa, com base nas indicações de Gatti (2012, p.43-56) e de Stewart e Shamdasani (1990, p.102-121). Das categorias e códigos elaborados, neste trabalho, analisam-se os seguintes:

Tabela 01: Seleção de Categoria e Códigos

CATEGORIA	CÓDIGO	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
AÇÕES	Institucionais	Ações voltadas para o poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário)	Reuniões com prefeito; audiências públicas; interposição de ações judiciais
	Ações Diretas	Ações de confronto e mobilização social que não passam pelas esferas institucionais	Manifestações de rua; ocupações; intervenções artísticas; intervenções urbanas
	Diálogo/ Articulação	Ações voltadas especificamente para uma aproximação com a sociedade	Aulões; panfletagens; campanhas, debates e denúncias no facebook; articulação com movimentos e pessoas atingidas

Fonte: Adaptação de Domingues, 2016, p.120

A partir dessas estratégias metodológicas, busca-se, a seguir, relacionar as ações do movimento e as interpretações de seus integrantes para uma compreensão aprofundada de suas ações.



IV. Análise e discussão de dados

Considerando os elementos advindos dos grupos focais, das ações na linha do tempo e nas campanhas de *facebook* do TZ, apresentam-se algumas análises sobre ele.

a) Histórico⁴

Surgido em junho de 2013, o Tarifa Zero BH tem sua trajetória pautada pela mescla de campanhas propositivas e movimentações reativas a ações do poder público e empresários. Como se verá, essa confluência de fatores definirá a própria identidade e estratégia do movimento.

Assim, já em julho de 2013 o movimento lançou uma campanha pelo projeto de lei de iniciativa popular para implementação da gratuidade nos ônibus da cidade, buscando 90.000 assinaturas para ingressá-lo na Câmara Municipal. Apesar de não atingir o número, as ações empreendidas - como colagem de cartazes, panfletagem e realização de uma ocupação cultural - foram marcos para a constituição do movimento. O primeiro semestre de história do TZ foi o único no qual ele não agiu de maneira reativa.

A partir de 2014, o movimento se viu impelido a responder decisões governamentais a respeito do transporte público. Assim, iniciou o ano protestando contra a renúncia fiscal da prefeitura a uma taxa cobrada às empresas de ônibus. Em abril, a prefeitura publicou um estudo no qual fundamentava a necessidade de reajuste tarifário dos ônibus. Nessa ocasião, o movimento combinou manifestações de rua (5 em um espaço de 45 dias) com a elaboração de um "contraestudo" e a interposição de ação judicial para a suspensão tarifária. A movimentação conseguiu suspender o aumento por 30 dias, mas perdeu força tanto no judiciário como nas ruas.

A mesma dinâmica ocorreu no aumento tarifário da virada de 2014 para 2015 e, em maior escala, no aumento extraordinário exigido pelas empresas de ônibus em junho de 2015. Neste caso, a movimentação dos empresários demandou do movimento social uma resposta de peso: em aproximadamente 8 meses três ações judiciais foram elaboradas em parceria com a Defensoria

_

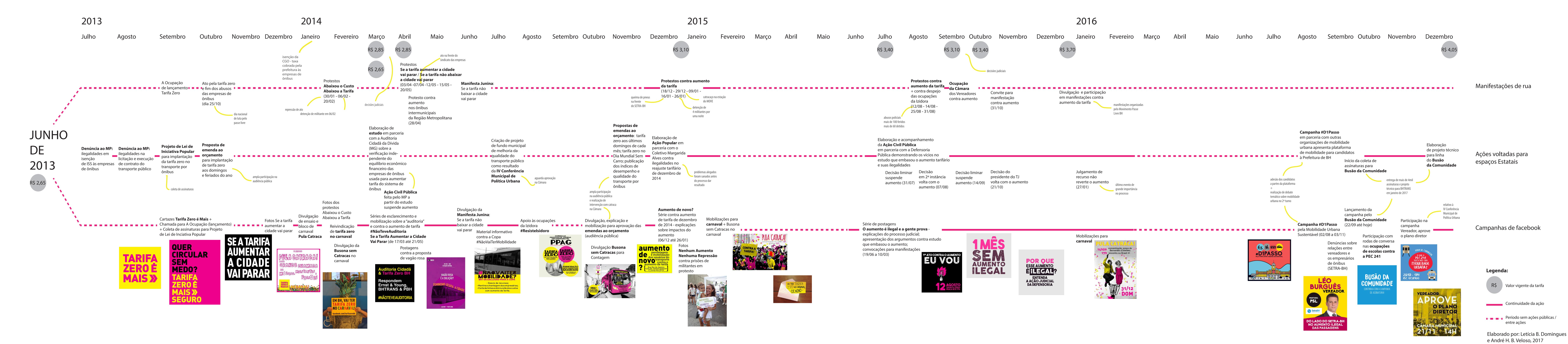
⁴ Para descrições mais aprofundadas, ver Veloso, 2015, Domingues, 2016, Coelho, 2017, nos quais se baseiam essa seção.



Pública de Minas Gerais, comunicações públicas foram realizadas, dezenas de publicações no *facebook* e campanhas de esclarecimento e mobilização, além de 5 manifestações que levaram até 3 mil pessoas às ruas. O movimento obteve vitória temporária em duas ocasiões, mas o próprio arrastar do processo fez com que a mobilização perdesse potência e o aumento fosse definitivo.

Para além dessas resistências a aumentos tarifários o movimento buscou atuar no carnaval de rua da cidade com um bloco próprio chamado Pula Catraca. Realizou, também, a disponibilização de um ônibus gratuito para circulação na cidade, em diversas ocasiões, como forma de contestar o sistema de transporte, mobilizar a população e divulgar suas pautas. Por fim, ressalta-se a proposição de emendas orçamentárias na Câmara Municipal, para projetos de ampliação e melhoria do transporte público, em 2013 e 2014, como mais uma forma de diálogo com o Estado.







b) Ações voltadas para espaços formais do Estado

O Tarifa Zero BH buscou participar em instituições estatais, como conselhos de participação popular; produção de emendas ao orçamento; realização de denúncias ao Ministério Público; judicialização contra aumentos tarifários; participação em audiências públicas; e a mobilização pelo referido Projeto de Lei de Iniciativa Popular.

Ocorreram discordâncias a respeito das potencialidades de envolvimento com instituições estatais e, conforme narrado no grupo focal, esse foi um dos fatores que teria levado à saída de pessoas do movimento. Contudo, tais desacordos sobre as ações voltadas para o Estado, acabaram por levar à aceitação de que pessoas diferentes poderão desenvolver ações diferentes, que poderão mudar conforme o contexto:

MARCELO: [...] A participação nos conselhos e tal, eu acho uma baita perda de tempo, mas eu não vou vetar uma galera que tá a fim de ir lá e fazer. [...] Tipo assim, [você] circula, se você acha que naquele momento estrategicamente é bom fazer uma ação direta... na Câmara... cê faz.

Em sentido semelhante, Bê desenvolve uma perspectiva, presente na argumentação de outros integrantes também, de que há um avanço gradual - que Virgínia teria chamado de "pelas beiradas" - a partir do envolvimento, ou "ocupação", em todas as instâncias possíveis.

BÊ: Eu acho que, em alguma medida, a gente é, tipo, radicalmente pragmático, entendeu? [...] A gente tenta disputar em todos esses espaços e a gente sabe que, à medida que a gente vai avançando neles - e esse é um problema até de tática, porque, em alguns a gente vai despender mais energia do que em outros - à medida que a gente vai avançando, a gente vai demonstrando as contradições.

Tanto Marcelo, quanto Bê tratam de um aspecto "pragmático" do movimento, baseado nos contextos de atuação e na adoção de medidas que se adequem ao cenário imediato. A desconfiança do espaço institucional como realizador de transformações sociais leva a uma caracterização da participação como "perda de tempo" e a concepção de ser um lugar de "disputa" para a demonstração de "contradições". Porém, apesar das críticas, verificou-se que a relação com o Estado é frequente nas ações do TZ.



Parece, então, haver uma aproximação do TZ à interpretação de Doimo (1995) a respeito dos movimentos populares brasileiros (entre 1975 e 1990). Segundo ela, haveria uma contradição interna nesses movimentos, pois oscilavam "entre condutas expressivo-disruptiv—as de negação do Estado e atitudes integrativo-corporativas de afirmação de sua face provedora" (Doimo, 1995, p.52-53). Nessa dualidade, eles criavam procedimentos circunstanciais de diálogo, valendo-se de "critérios *ad hoc* para 'tirar' a representação e de regras valorativas e particulares para qualificar a participação" (Doimo, 1995, p.59).

Essa ambiguidade na relação com o Estado parece concordar com um "duplo caráter das instituições: a um tempo instrumentos de mudança social e estruturas que sancionam o *status quo*" (Boschi, 1987, p. 15). Os riscos da cooptação e da perda de seu potencial transformador são como sinais de alarme nas decisões do coletivo em atuar em espaços "institucionais". Por outro lado, a possibilidade de conquistas imediatas e circunstanciais, pensadas como ganhos graduais, incentivam a ocupação desses espaços. O que pode ser interpretado como contraditório, no TZ, parece ganhar uma dimensão tática e consciente, em especial, ao se perceber que as principais ações voltadas para as esferas estatais ocorreram em paralelo com outras ações de mobilização, ou ações diretas, e de comunicação com a sociedade.

c) Ações voltadas para a mobilização nas ruas

A prestação do serviço de transporte público em Belo Horizonte é realizada por meio de concessão pública a 40 empresas. Conforme o contrato de concessão⁵, seu financiamento se dá, quase totalmente, por meio do pagamento de tarifa pelo usuário a cada viagem realizada e seu valor é reajustado anualmente para garantir o "equilíbrio econômico-financeiro" das empresas. Assim, todo ano, na data estipulada de 29 de dezembro, ocorrem aumentos nos valores das passagens de ônibus da cidade. Esse momento é considerado chave para as mobilizações nas ruas, tendo sido chamadas as "Jornadas de Luta Contra o Aumento" (Veloso, 2015, cap. 3.4.4).

_

⁵ Contrato disponível em: http://bit.ly/12AygHd



Essas manifestações eram, então, convocadas pelo TZ e ampliadas para diferentes organizações do espectro da esquerda na cidade, considerando que o contexto de restrição de direitos caracterizado pelo aumento da tarifa de ônibus seria uma *oportunidade política* para a conquista de demandas e difusão da pauta da tarifa zero. Segundo Tarrow, "o confronto é muito mais relacionado a oportunidades de ação coletiva - e limitado por restrições a ela - do que por fatores sociais e econômicos persistentes experimentados pelas pessoas" (2009, p.99). Nesse sentido, se diariamente as pessoas são tolhidas do seu direito à cidade, por encontrarem limites no transporte público, seria no momento dos aumentos tarifários que essa realidade se evidenciaria e o movimento poderia utilizar-se de um repertório de confronto político para conseguir avanços (ou evitar retrocessos) na disputa pela mobilidade urbana. Assim, o TZ utilizaria da lógica de que "o confronto aumenta quando as pessoas obtêm recursos externos para escapar da submissão e encontra oportunidades para usá-los. Ele também aumenta quando as pessoas se sentem ameaçadas por custos que não podem arcar ou que ofendem o seu senso de justiça" (Tarrow, 2009, p.99).

Contudo, uma interpretação genérica de que os aumentos tarifários são, necessariamente, oportunidades políticas encontraram seus limites nos diferentes resultados das Jornadas. Por exemplo, as Jornadas de Lutas entre abril e maio de 2014, em conjunto com ações midiáticas e judiciais, o aumento tarifário foi suspenso por 30 dias; em agosto de 2015, de forma semelhante, obtiveram a suspensão por mais de 40 dias; outras manifestações, se esvaziaram com o tempo sem maiores resultados (Veloso, 2015, cap. 3.4.4; Domingues, 2016, cap. 2.2).

Dessa forma, no grupo focal, um diálogo demonstra a relação existente dentro do movimento entre ações confrontacionais, como protestos ou ocupações de prédios públicos, e os aumentos tarifários:

CATARINA: O problema que a gente lida atualmente, de fato, é o aumento, porque o aumento atropela em termos de pauta, mesmo, porque ele demanda que a gente faça determinadas coisas. Tipo assim: ah, vamos fazer um protesto, fazer ação etcs...

MARIA: Vamos ocupar a Câmara [dos Vereadores]...



Percebe-se a identificação de um "atropelamento" pelos aumentos tarifários, que levariam à descontinuidade de outras ações do TZ pela sobreposição das referidas Jornadas de Luta. Pontua-se que, apesar do agendamento contratual dos aumentos tarifários em dezembro, ocorreram aumentos fora do período previsto, isso impactaria ainda mais na consecução de demandas de médio prazo pelo movimento. O debate a respeito dessa desestabilização advinda dos aumentos tarifários e o questionamento a respeito de sua caracterização como "oportunidade política" é importante para compreender a falta de protagonismo do TZ nas manifestações contra o aumento em dezembro de 2016, que apesar de ter participado e divulgado, não as organizou.

d) Ações voltadas para a comunicação com a sociedade

Parte importante da atuação dos movimentos sociais é expandir suas interpretações e ações para grupos cada vez maiores, buscando sua mobilização e aproximação à causa. Segundo Virgínia, a comunicação externa do TZ se dava em diversas direções:

VIRGÍNIA: A gente aceita, dialoga com jornal, dialoga com movimentos, outros movimentos sociais, a gente dialoga com a mídia, a gente dialoga com a Prefeitura, BHTRANS. E por aí vai, né, nas beiradas.

Percebe-se, assim, que o diálogo externo se aproxima com outras formas de ação do movimento, que buscaria a "ocupação" de todos os espaços que lhes são abertos.

A sistematização das campanhas de *facebook* realizada busca delimitar alguns momentos chave da atuação do TZ em relação à produção de material de comunicação próprio. Com isso, foi possível compreender que, em momentos de maior atuação nas ruas ou nos espaços institucionais, ocorreu maior produção de materiais com identidade própria, como as cores voltadas para o rosa e amarelo e o humor sarcástico com figuras de poder e as empresas de ônibus. Assim, a comunicação volta-se (i) para a explicação técnica do sistema de transporte e de etapas dos diálogos com o Estado e (ii) para o confronto político e a mobilização social.

Sobre a comunicação mais técnica, tem relevo o já mencionado lançamento da campanha pela tarifa zero. Ela buscava demonstrar os benefícios da gratuidade universal do transporte público,



explicitando que a alteração da lógica do financiamento desse sistema levaria à ampliação de direitos. Essa campanha levaria à adoção do nome "Tarifa Zero BH" e à identidade visual do movimento (Veloso, 2015, p.200-205).

Quem anda de ânibus não deve pagar a própria passagem?

QUER CHEGAR MAIS CEDO EM CASA?
TARIFA ZERO È MAIS >>
UISTO COMO POSSO ajudar a tornar Tarifa Zero realidade?

QUER CHEGAR POUPAR SEU DINHEIRO?
TARIFA ZERO È MAIS >>
DINHEIRO?

Figura 01: Tarifa Zero é Mais (09/setembro a 18/outubro 2013)

Fonte: Montagem dos autores com base em http://bit.ly/2zJJnDl

Legenda: A e B - montagens satíricas com figuras públicas, respectivamente, os rostos da então presidenta Dilma Rousseff e o então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, em personagens humorísticos tirando dúvidas sobre a tarifa zero; C, D e E - cartazes com textos que explicam os benefícios da gratuidade universal no transporte público.

A campanha #NãoTeveAuditoria e Se a Tarifa Aumentar a Cidade vai Parar, entre março e maio de 2014, dizem respeito ao mencionado estudo que embasou o aumento de tarifa em março daquele ano. Com isso, houve a divulgação de dados sobre os problemas do estudo e produção de



um relatório⁶, em parceria com a Auditoria Cidadã da Dívida, demonstrando que a chamada "auditoria" não cumpria tal papel. A partir de então, as campanhas contra os aumentos ganharam maior teor técnico sobre seus impactos na mobilidade urbana e nos direitos das pessoas.

Figura 02: #NãoTeveAuditoria e Se a tarifa aumentar a cidade vai parar (17/março a 21/maio de 2014)



Fonte: Montagem dos autores com base em < http://bit.ly/2zJJnDl>

Legenda: A - divulgação de relatório elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida, em parceria com o TZ, com os motivos pelos quais o estudo contratado pela Prefeitura de BH à Ernst & Young não foi uma auditoria; B - parte da série "não teve auditoria", denuncia que o custo do pneu alegado pelas empresas de ônibus em BH era maior do que em outras cidades; C - chamada para manifestação "Se a tarifa não baixar a cidade vai parar"; D - chamada para ação direta de "pular a catraca" motivada pelo descumprimento de decisão judicial que revogou o aumento tarifário do mês de março de 2014; E - mobilização para pressionar o Ministério Público a acatar a denúncia contra a "auditoria".

Especialmente, quando as disputas contra os aumentos ganharam corpo dentro do judiciário, como na campanha *O aumento é ilegal e a gente prova*, entre 19 de junho de 2015 e 10 de março de

_

⁶ Ver Auditoria Cidadã da Dívida, 2014.



2016, houve uma forte explicação dos procedimentos e argumentos jurídicos para o público. Buscou-se demonstrar as ilegalidades daquele aumento, ocorrido fora do prazo contratual de 29 de dezembro e baseado em estudos que protegiam os interesses das empresas. Essa foi a campanha de maior duração do TZ, dentro do período aqui estudado, e uniu de forma significativa as ações nas esferas estatais com as ações de confronto e a comunicação em ambos sentidos.

Figura 10: O aumento é ilegal e a gente prova (19/junho de 2015 a 10/março de 2016)



Fonte: Montagem dos autores com base em < http://bit.ly/2zJJnDl>

Legenda: A - série com explicações sobre as ilegalidades do aumento tarifário de agosto de 2015; B - chamada para manifestação contra aumento; C - chamada para participar da ocupação da Câmara Municipal; D - série com explicações sobre a ação judicial realizada em parceria do TZ com a Defensoria Pública; E - chamada para participação da reunião do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana de BH, quando seria debatido o aumento tarifário.

Como não se objetiva analisar minuciosamente essas campanhas, passa-se para a segunda característica identificada: o confronto político e a mobilização social. Em conjunto com uma dimensão explicativa e técnica das questões do transporte público de BH, há uma série de imagens



voltadas para a crítica dos agentes do poder público, das empresas de ônibus e para a mobilização da sociedade contra os abusos do sistema identificados pelo movimento. Ocorreram, então, várias convocações para ações, mais confrontacionais, como as Jornadas de Luta, ou ocupações de prédios públicos; ou de uso das instâncias estatais, como a participação em audiências públicas e realização de emendas para o orçamento, por exemplo.

Nesse sentido, a fala de Bê explica a lógica adotada pelo movimento:

BÊ: A gente tem conseguido construir um acúmulo de conhecimento pra gente, mas que tá transbordando nos outros que também é fundamental.

O transbordamento do conhecimento para a população, unido à realização de ações ora mais, ora menos confrontacionais, levariam a uma possibilidade de vitórias maiores, no sentido de uma apropriação pelos usuários do transporte público dos seus destinos na cidade.



V. Conclusões

Percebe-se, pela análise das ações voltadas para o Estado, para a mobilização nas ruas e pelas campanhas de *facebook* que há uma aceitação do movimento em utilizar táticas distintas, que variam conforme o interesse dos sujeitos em realizá-las e no contexto dos objetivos em questão. As campanhas de comunicação acabam por tratar das questões sobre as quais o movimento se debruça naquele momento, refletindo os estudos que são realizados e chamando a comunidade para a ação, seja mais ou menos combativa. Com isso, há uma ideia de transbordamento dos conhecimentos produzidos para a sociedade e a busca de engajá-la na política de confronto pelo direito social à mobilidade urbana, o que resulta em uma maior transparência de ação e interpretação do movimento.

A combinação entre as ações de confronto, ações institucionais e uma comunicação ao mesmo tempo técnica e combativa levou a alguns resultados positivos nesses anos de atuação do movimento, como a suspensão de aumentos tarifários em 2014 e 2015. Contudo, alguns limites foram encontrados na realização constante de jornadas de lutas contra os aumentos tarifários, que acabam por gerar grandes dispêndios de energia pelo movimento, em um contexto de aumento da repressão policial e do conservadorismo na sociedade a partir de 2015, além da necessidade de se construírem demandas de médio e longo prazo pelo TZ. Outros limites foram encontrados no uso das esferas institucionais, interpretadas, algumas vezes, como "perda de tempo" e com pouca possibilidade de mudanças profundas na realidade do sistema de transporte público.

É de se levar em consideração, entretanto, os desdobramentos em 2017 de mudanças táticas do TZ, que levaram a ganhos concretos como a implantação em novembro deste ano, em caráter experimental, do "Busão da Comunidade", linha de ônibus pleiteada há muitos anos pelos moradores do Aglomerado da Serra, maior favela de Belo Horizonte.



VI. Bibliografia

ALONSO, A.; MISCHE, A. (2015, 19-20 fevereiro) June Demonstrations in Brazil: Repertoires of Contention and Government's Response to Protest. In: *From Contention to Social Change*: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests, ESA Research Network on Social Movements Conference, Universidade Complutense de Madri;

Auditoria Cidadã da Dívida (2014). *Relatório Específico de Auditoria Cidadã da Dívida no1/2014*: Exame Específico dos produtos parciais apresentados pela Ernst & Young, referentes ao Transporte Coletivo realizado por ônibus em Belo Horizonte, 2014. Recuperado em 26 novembro, 2017, de http://bit.ly/1jXKgee;

BOSCHI, R. R. (1987). *A arte da associação:* política de base e democracia no Brasil. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Grande Brasil, Veredas: v. 4);

BRINGEL, B.; PLEYERS, G. (2015, outubro) Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. In: Nueva Sociedad especial em português;

COELHO, H. C. (2017) Os perigos e os usos táticos da institucionalização do direito à cidade mediante análise da pauta da mobilidade urbana (Tarifa Zero – BH). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil;

DELLA PORTA, D. & DIANI, M. (2006) Social Movements: an introduction. Blackwell Publishing;

DOIMO, A. M. (1995) *A vez e a voz do popular*: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio do Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS;

DOMINGUES, L. B. (2016) *Tecendo amanhãs*: Estado, Direito e Capitalismo aos olhos do Tarifa Zero BH e do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa BH. Monografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil;

GATTI, B. A. (2012) *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber Livro Editora (Série Pesquisa em Educação; 10);

GERRING, J. (2007) Case study research: principles and practices. New York: Cambridge University Press;

MARICATO, E. *et al.* (2013) *Cidades Rebeldes*: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior (Tinta Vermelha);



MENDONÇA, R. F. (2016, 30 agosto a 02 setembro). Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. In: *X Encontro da ABCP*. Belo Horizonte;

MENDONÇA, R. F.; ERCAN, S. A. (2015) Deliberation and protest: strange bedfellows? Revealing the deliberative potential of 2013 protests in Turkey and Brazil. In: *Policy Studies*, 36:3, p.267-282;

NUNES, R. (2014) *Organisation of the organisationless*: collective action after networks. Lunenburg: Mute Books, PML Books;

ORTELLADO, P. (2013) Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDESNAIDER, E. *et al* (Org). *Vinte centavos*: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta;

SECCO, L. (2013) As Jornadas de Junho. In.: *Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior (Tinta Vermelha);

SILVA, R. H. A. (Org.) (2014) *Ruas e redes:* dinâmicas dos protestosBR. Belo Horizonte: Autêntica Editora;

STEWART, D. W. & SHAMDASANI, P. N. (1990) *Focus groups:* theory and practice. Newbury Park, CA: Sage Publications (Applied social research methods series; 20);

TARROW, S. (2009) *O poder em movimento:* movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes (Coleção Sociologia);

TAVARES, F. M. M., RORIZ, J. H. R. & OLIVEIRA, I. C. (2016, abril) As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. In: *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 1;

VELOSO, A. H. B. (2015) *O ônibus, a cidade e a luta*: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil;

VINICIUS, L. (2014) *Antes de junho*: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista. Florianópolis: Editoria em Debate/UFSC;

YIN, R. K. (2010) Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman.